

II - Casamento;

III - Luto;

IV - Licença para tratamento de saúde, licença decorrente de doença profissional ou acidente de serviço ou licença à gestante;

V - Licença para tratar de interesses particulares;

VI – Licença maternidade;

VII - Licença à adotante;

VIII - Licença paternidade;

IX - Exercício de mandato eletivo, com afastamento obrigatório do cargo;

X - Afastamento para aposentadoria.

§ 4º - Os servidores mencionados no artigo 6º receberão em janeiro o valor equivalente a 70% do estabelecido no art. 6º.

§ 5º - Os servidores mencionados no artigo 6º passarão a fazer jus ao auxílio integral de que trata o artigo 6º, desde que a meta de criar a comissão para a finalização do processo de absorção das Fundações elencadas na Lei 23.136 de 10 de dezembro de 2018, que autoriza o Estado a assumir o passivo financeiro de seis fundações associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) seja concluída dentro dos limites estabelecidos na primeira apuração parcial, que se dará em 30 dias após a publicação desta Resolução.

§ 6º - Na folha de pagamento de fevereiro de 2019, conforme regulamentado no § 5º, além do pagamento integral relativo a este período, previsto no artigo 6º desta Resolução, será pago o valor remanescentes do mês de janeiro, equivalente a 30% do valor estabelecido no art. 6º referente ao saldo dos valores estabelecidos no §4º deste artigo.

§ 7º - Caso a meta de criar a comissão para a finalização do processo de absorção das Fundações elencadas na Lei 23.136 de 10 de dezembro de 2018, que autoriza o Estado a assumir o passivo financeiro de seis fundações associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) seja não seja cumprida no prazo estipulado, os servidores continuarão recebendo o valor equivalente a 70% do estabelecido no art. 6º até a primeira apuração semestral.

§ 8º - A partir de julho os servidores mencionados no artigo 6º passarão a fazer jus ao valor estipulado no art. 6º multiplicado pelo valor apurado do semestre correspondente.

Art. 8º - A ajuda de custo de que trata o artigo 6º desta Resolução será paga alternativamente ao auxílio de que trata o §5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017 e dispor sobre as condições para seu pagamento a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no âmbito Universidade Estadual de Minas Gerais.

§ 1º - O pagamento da ajuda de custo específica com valores diferenciados será efetuado, preferencialmente, com recursos próprios das Instituições.

§ 2º - Os servidores mencionados no artigo 6º farão jus ao auxílio de que trata o §5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017, caso a execução das metas fixadas não alcance um mínimo de 70% dos valores e prazos pactuados.

Art. 9º - É facultado ao servidor optar pelo auxílio de que trata o §5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017, em substituição à ajuda de custo de que trata o artigo 6º desta Resolução.

§ 1º O servidor protocolizará, a qualquer tempo, requerimento dirigido à área de Recursos Humanos da UEMG declarando sua opção nos termos referidos no caput.

§ 2º A opção de que trata este artigo prevalecerá, desde o mês em que foi protocolada a opção, até que o servidor solicite a sua revogação.

§ 3º O servidor poderá, a qualquer tempo, solicitar a revogação da opção de que trata este artigo, hipótese em que fará jus à percepção da ajuda de custo de que trata o artigo 6º a partir do dia 1º do mês em que foi solicitada a revogação.

Art. 10 - Na percepção de diárias de viagem será facultada a opção pelo recebimento da ajuda de custo de que trata o artigo 6º desta Resolução, observados os seguintes critérios:

I - Cumulado com o equivalente a sessenta e cinco por cento dos valores constantes dos Anexos I e II do Decreto nº 47.045, de 14 de setembro de 2016, conforme o caso, em substituição ao montante previsto no artigo 22 do referido Decreto, quando se tratar de percepção de diárias integrais;

II - Em substituição ao montante previsto no artigo 24 do Decreto nº 47.045, de 2016, quando se tratar de percepção de diárias parciais.

Art. 11 – Caberá à Subsecretaria de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas - SGAPE o detalhamento e o acompanhamento periódico das metas referidas no caput deste artigo, bem como o fornecimento das informações relativas à situação de execução das mesmas aos signatários desta Resolução.

§ 1º - As áreas da UEMG realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, em 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Resolução, planejamento detalhado das ações e metas a que se referem o artigo 4º para validação e credenciamento no PEUEMG.

§ 2º - No primeiro mês subsequente ao final de cada ano, a contar da data da publicação desta Resolução, as áreas da UEMG terão que encaminhar à SGAPE, relatório de prestação de contas das ações e metas executadas, bem como a proposta das metas para o próximo exercício, para validação e credenciamento no PEUEMG.

§ 3º - Ao final de cada semestre, as áreas da UEMG terão que encaminhar à SGAPE, relatório de prestação de contas das ações e metas executadas, para subsidiar a realização da avaliação semestral da execução do PEUEMG.

Art. 12 – A UEMG e suas unidades procederão à revisão do PEUEMG, de que trata esta Resolução, ao final do ano de 2019.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2018.
HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
 Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
 Presidente da Câmara de Orçamento e Finanças

DIJON MORAES JÚNIOR
 Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais

ANEXO I Plano de metas da UEMG

| (cod.) | Metas e Indicadores (nome) | Metas por período avaliatório |
|--------|---|---|
| 1 | Total de alunos matriculados em cursos de pós-graduação | Janeiro a junho: 800 Julho a dezembro: 800 |
| 2 | Percentual de alunos concluindo os cursos (relação concluintes / ingressantes) | Janeiro a junho: 50% Julho a dezembro: 50% |
| 3 | Divulgar Cronograma para a implementação do Novo Sistema Acadêmico na Universidade do Estado de Minas Gerais | 15/07/2019 |
| 4 | Disponibilizar novo sitio da Universidade reformulado, adequado a Lei de Acesso a Informação na Universidade do Estado de Minas Gerais | 15/04/2019 |
| 5 | Criar Comissão para a implementação do Plano Estadual de Assistência Estudantil (PEAES) na Universidade do Estado de Minas Gerais | 11/02/2019 |
| 6 | Reformular o sistema de Intranet, de forma a fazer com que o mesmo se integre aos Sistema Lattes | 19/08/2019 |
| 7 | Criar comissão para avaliar a implantação de uma Unidade de Ouvidoria na Universidade do Estado de Minas Gerais | 18/03/2019 |
| 8 | Criar comissão para a finalização do processo de absorção das Fundações elencadas na Lei 23.136 de 10 de dezembro de 2018, que autoriza o Estado a assumir o passivo financeiro de seis fundações associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). | 14/01/2019 |
| 9 | Elaborar proposta de Revisão de Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). | 07/10/2019 |

21 1178765 - I

RESOLUÇÃO CONJUNTA COF/FUNED Nº 001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018
 Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela FUNED e define os parâmetros e valores e pagamento da ajuda de custoespecífica com valores diferenciados de que trata o art. 189 da Lei nº22.257, de 27 de julho de 2016.
 A CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF E O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS, no uso da competência que lhes confere o art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado, e de acordo com o disposto no artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e §5º do artigo 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º - Definir os parâmetros e limites para determinação do valor daajuda de custo específica com valores diferenciados de que trata o §5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017 e dispor sobre as condições para seu pagamento a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bemcomo ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no âmbito da FUNED.

Art. 2º - Para efeito de pagamento da ajuda de custo, a FUNED deverá cumprir as metas previstas no Plano de Metas e Indicadores 2019, constante no Anexo I desta Resolução.

§1º - Para fins de percepção da ajuda de custo, não descaracterizam o cumprimento da jornada de trabalho:

I – o cumprimento da jornada de trabalho em períodos diurnos e noturnos, desde que a jornada de trabalho do servidor seja de, no mínimo, 6 (seis) horas;

II – os atrasos e as saídas previstas no art. 17 da Resolução SEPLAG nº10, de 1º de março de 2004, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, desde que compensados nos termos do art. 19 da referidaResolução;

III – as ausências motivadas pelas situações previstas nos incisos II, III,VI e VII do art. 31 da Resolução SEPLAG nº 10, de 2004, observados incisos I a VI do §2º do artigo 2º desta Resolução.

§2º - Não farão jus a ajuda de custo:

I – o servidor cedido para outro órgão ou entidade, pertencente ou nãoà administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivoestadual, ainda que com ônus para a FUNED;

II – o servidor em exercício em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo em virtude de requisição deste;

III – o servidor em afastamento para aposentadoria;

IV – o servidor liberado para mandato eletivo em diretoria de sindicatoou de entidade representativa de categoria de servidor público estadual,nos termos do artigo 34 da Constituição Estadual, considerando não setratar de vantagem ou direito decorrente do cargo;

V – o servidor designado para o exercício de funções ou para o desempenho de missões de interesse público, ainda que prévia e expressamente autorizada pelo Governador do Estado;

VI – o servidor em exercício de mandato eletivo, com afastamentoobrigatório do cargo;

§3º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados será paga mensalmente, em pecúnia, tendo como base os dias efetivamente trabalhados e a nota total de desempenho obtida na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores, levando-se em consideração, para efeito de desconto, todas as faltas injustificadas, conforme o registro de frequência do servidor.

Art. 3º - A ajuda de custo que trata o artigo 1º desta Resolução:

I - possui caráter indenizatório;

II – não se incorpora à remuneração nem aos proventos deaposentadoria;

III – não constitui base de cálculo de nenhuma outra vantagem.

Art. 4º – A ajuda de custo de que trata o art. 2º será paga alternativamente ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, e terá o valor fixo de R\$53,00 (cinquenta e três reais) por dia efetivamente trabalhado no mês, independentemente do cargo ou função.

§ 1º - A ajuda de custo não será paga quando o FUNED não atingir o patamar de 70% das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores constante no anexo I, observados os valores da meta do referido período avaliatório e os estabelecidos nas alíneas “a” a “d” do § 2º deste artigo, hipótese em que os servidores mencionados artigo 1º farão jus ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art.1º do Decreto nº 47 326, de 28 de dezembro de 2017.

§ 2º – Na apuração dos resultados, serão observadas, para efeito de pagamento, as faixas de desempenho global da FUNED previstas nas alíneas “a” a “d”:

a) Resultado alcançado inferior a 70% da meta: Zero;

b) Resultado alcançado de 70% a 80% da meta: 80% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;

c) Resultado alcançado de 80,01% a 90% da meta: 90% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;

d) Resultado alcançado de 90,01% a 100% da meta: 100% do valorprevisto no artigo 4º desta Resolução.

§ 3º - Caso a meta estabelecida para o período avaliatório não seja atingida, o pagamento da ajuda de custo a ela atrelado, feito antecipadamente, será descontado nos meses subsequentes, em quantidade de parcelas correspondentes ao número de meses em que se deu referido pagamento.

Art. 5º - O Plano de Metas e Indicadores previsto no Anexo I terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, mês de referência para o início do pagamento da ajuda de custo.

§ 1º - Nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2019 serão lançados 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, ficando estabelecido que até o 12º dia do mês de março/2019 será realizada a primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I.

§ 2º - Nas folhas de pagamento dos meses de março e abril de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do primeiro bimestre, conforme apurado na primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 3º - Nas folhas de pagamento dos meses de maio e junho de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do segundo bimestre, conforme apurado na segunda avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 4º - Nas folhas de pagamento dos meses de julho e agosto de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do terceiro bimestre, conforme apurado na terceira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 5º - Nas folhas de pagamento dos meses de setembro e outubro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quarto bimestre, conforme apurado na quarta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 6º - Nas folhas de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quinto bimestre, conforme apurado na quinta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 7º - Os valores remanescentes do sexto bimestre, conforme apurado na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores dos meses denovembro e dezembro de 2019, na forma do Anexo I, serão integralmente lançados na folha de pagamento do mês de janeiro de 2020.

§ 8º - Fica estabelecido que será realizada a avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I até o 12º dia do mês subsequente a cada período avaliatório.

Art. 6º - A ajuda de custo não poderá ser percebida cumulativamentecom outras vantagens ou benefícios destinados ao custeio de alimentação ou refeição.

Art. 7º - Para efeito do cálculo do valor a ser pago, as escalas deverão estar devidamente lançadas no Sistema de Apuração de Ponto da FUNED no final de cada mês.

Art. 8º - Nos casos de acumulação de cargos na FUNED ou qualquer órgão do Poder Executivo Estadual à disposição da FUNED, cuja soma de carga horária seja superior a trinta horas semanais, o servidor fará jus a um valor de ajuda de custo por dia efetivamente trabalhado.

Art. 9º - É facultado ao servidor optar pelo auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, em substituição à ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução.

§ 1º O servidor protocolizará, a qualquer momento, requerimento dirigido à área de Recursos Humanos da FUNED declarando sua opção nos termos referidos no caput.

§ 2º A opção de que trata este artigo prevalecerá, desde o mês em que foi protocolada a opção, até que o servidor solicite a sua revogação.

§ 3º O servidor poderá, a qualquer tempo, solicitar a revogação da opção de que trata este artigo, hipótese em que fará jus à percepção daajuda de custo de que trata o artigo 4º a partir do dia 1º do mês em que foi solicitada a revogação.

Art. 10 - Na percepção de diárias de viagem, será facultada a opção pelorecebimento da ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução,observados os seguintes critérios:

I - cumulado com o equivalente a sessenta e cinco por cento dos valores constantes dos Anexos I e II do Decreto nº 47.045, de 14 de setembro de 2016, conforme o caso, em substituição ao montante previsto noartigo 22 do referido Decreto, quando se tratar de percepção de diáriasintegrais;

II - em substituição ao montante previsto no artigo 24 do Decreto nº47.045, de 2016, quando se tratar de percepção de diárias parciais.

Art. 11 – Caberá à Subsecretaria de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas - SGAPE o detalhamento e o acompanhamento periódico dasmetas constantes no anexo I desta Resolução, bem como o fornecimento das informações relativas à situação de execução das mesmas.

§ 1º - As áreas da FUNED realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, em 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Resolução, o planejamento detalhado das metas e indicadores a que se referem o Anexo I.

§ 2º - As áreas da FUNED realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, até o 8º dia corrido posterior a cada período avaliatório, o repasse das informações de execução das metas e indicadores constantes do Anexo I.

Art. 12 – As metas que tenham sido afetadas por razões extraordinárias, contingenciamento de recursos, modificação na orientação da execuções das políticas públicas ou mudança na legislação, serão avaliadas pela comissão de avaliação de que trata o § 2º do art. 4º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, que deliberará sobre o acatamento da justificativa para o resultado alcançado.

Art. 13 – Ficam aprovadas as Metas e Indicadores, constantes nosAnexo I desta Resolução.

Art. 14 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,produzindo efeitos financeiros a partir da folha de pagamento de janeiro de 2019.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2018.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Presidente da Câmara de Orçamento e Finanças

VANDERLEI EUSTAQUIO MACHADO

Presidente da Fundação Ezequiel Dias

ANEXO I Plano de metas da FUNED

| cod.) | Metas e Indicadores (nome) | Metas por período avaliatório | | | | | |
|-------|--|-------------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|
| | | Janeiro - Fevereiro 2019 | Janeiro -Abril 2019 | Janeiro – Junho 2019 | Janeiro – Agosto 2019 | Janeiro – Outubro 2019 | Janeiro – Dezembro 2019 |
| 1 | Realizar exames e análises laboratorial de interesse da Saúde Pública* | 84.800 | 180.200 | 280.900 | 355.100 | 445.200 | 530.000 |
| 2 | Realizar exposições do Ciência em Movimento* | 2 | 6 | 10 | 14 | 19 | 22 |
| 3 | Produção de vacina, soros ou outros produtos biológicos* | 0 | 1.000.000 | 3.000.000 | 5.000.000 | 8.000.000 | 10.000.000 |

*Observação: metas apresentam natureza cumulativa.

21 1178752 - I

RESOLUÇÃO CONJUNTA COF/ESP-MG Nº 001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela ESP-MG e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo específica com valores diferenciados a que se refere o Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016.

A CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF e a DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhes confere o art.93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado, e de acordo com o disposto no artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e § 5º do Artigo 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º - Definir os parâmetros e limites para determinação do valor da ajuda de custo específica com valores diferenciados de que trata o § 5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017 e dispor sobre as condições para seu pagamento a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no âmbito da Escola de Saúde Pública - ESP.

Art. 2º - Para efeito de pagamento da ajuda de custo, a ESP deverá cumprir as metas previstas no Plano de Metas e Indicadores 2019, constante no Anexo I desta Resolução.

§1º - Para fins de percepção da ajuda de custo, não descaracterizam o cumprimento da jornada de trabalho:

I – o cumprimento da jornada de trabalho em períodos diurnos e noturnos, desde que a jornada de trabalho do servidor seja de, no mínimo, 6 (seis) horas;

II - os atrasos e as saídas previstas no art. 17 da Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, desde que compensados nos termos do art. 19 da referida Resolução;

III – as ausências motivadas pelas situações previstas nos incisos II, III, VI e VII do art. 31 da Resolução SEPLAG nº 10, de 2004, observados os incisos I a VI do §2º do artigo 2º desta Resolução.

§2º - Não farão jus a ajuda de custo:

I – o servidor cedido para outro órgão ou entidade, pertencente ou não à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, ainda que com ônus para a ESP;

II – o servidor em exercício em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo em virtude de requisição deste;

III – o servidor em afastamento para aposentadoria;

IV – o servidor liberado para mandato eletivo em diretoria de sindicato ou de entidade representativa de categoria de servidor público estadual, nos termos do artigo 34 da Constituição Estadual, considerando não se tratar de vantagem ou direito decorrente do cargo;

V – o servidor designado para o exercício de funções ou para o desempenho de missões de interesse público, ainda que prévia e expressamente autorizada pelo Governador do Estado;

VI – o servidor em exercício de mandato eletivo, com afastamento obrigatório do cargo.

§ 3º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados será paga mensalmente, em pecúnia, tendo como base os dias efetivamente trabalhados e a nota total de desempenho obtida na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores, levando-se em consideração, para efeito de desconto, todas as faltas injustificadas, conforme o registro de frequência do servidor.

Art. 3º - A ajuda de custo que trata o artigo 1º desta Resolução:

I - possui caráter indenizatório;

II – não se incorpora à remuneração nem aos proventos de aposentadoria;

III – não constitui base de cálculo de nenhuma outra vantagem.

Art. 4º – A ajuda de custo de que trata o art. 2º será paga alternativamente ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, e terá o valor fixo de R\$53,00 (cinquenta e três reais) por dia efetivamente trabalhado no mês, independentemente do cargo ou função.

§ 1º - A ajuda de custo não será paga quando a ESP não atingir o patamar de 70% das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores constante no anexo I, observados os valores da meta do referido período avaliatório e os estabelecidos nas alíneas “a” a “d” do § 2º deste artigo, hipótese em que os servidores mencionados art. 1º farão jus ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017.

§ 2º – Na apuração dos resultados, serão observadas, para efeito de pagamento, as faixas de desempenho global da ESP previstas nas alíneas “a” a “d”:

a) Resultado alcançado inferior a 70% da meta: Zero;

b) Resultado alcançado de 70% a 80% da meta: 80% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;

c) Resultado alcançado de 80,01% a 90% da meta: 90% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;

d) Resultado alcançado de 90,01% a 100% da meta: 100% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução.

§ 3º - Caso a meta estabelecida para o período avaliatório não seja atingida, o pagamento da ajuda de custo a ela atrelado, feito antecipadamente, será descontado nos meses subsequentes, em quantidade de parcelas correspondentes ao número de meses em que se deu referido pagamento.